

**LES237/ESALQ/USP**  
**Sociedade, Cultura e Natureza**

T6: A identidade cultural desafia a globalização:  
o desabafo dos agricultores franceses (MORUZZI MARQUES & BLEIL, 2000)

Thiago Gabiatti, Luis Felipe Speranza, Rodolfo Pimentel,  
Antonio Veronese, Felipe Boscariol, Eduardo Parro, Rafael Camarinha  
Com contribuições dos grupos e do professor

O artigo em questão gira em torno de uma discussão sobre a globalização e seus impactos nas tradições agrárias e cultura alimentar. Os autores procuram esclarecer como a causa defendida pela Confédération Paysanne (Confederação Camponesa, CP) se interliga com estes temas.

O estudo focaliza o protesto de um grupo de agricultores da CP que desmontou uma loja do McDonald's, em Millau, no sul da França. A ação foi fruto do acúmulo de descontentamento dos agricultores diante da decisão norte-americana, com o apoio da Organização Mundial do Comércio (OMC), de sobretaxar as importações de algumas especialidades francesas, entre elas, o queijo Roquefort, o patê de *foie gras* e as trufas.

Em contexto de graves crises de "segurança alimentar", esta decisão foi adotada em represaria à proibição pela União Europeia de importação de carne bovina dos Estados Unidos, em razão do uso de anabolizantes na engorda animal suspeitos de serem cancerígenos. A posição estadunidense representava completa negligência quanto à segurança alimentar e ao princípio de precaução, o que motivou o referido protesto que impulsionou uma intensa discussão do problema nas mídias. O sentimento na época era de grande incerteza quanto à qualidade dos alimentos consumidos na França. Para a CP, a rede McDonald's simboliza a uniformização alimentar e a banalização da agricultura, o que justificou sua escolha como alvo das manifestações. Estas últimas geraram uma importante reflexão sobre o monopólio, a arrogância, a hegemonia e o conformismo em torno da globalização econômica liberal, que tende a transformar tudo em mercadoria.

Convém aqui examinar a evolução do debate sobre a agricultura e a alimentação na França para melhor situar estes protestos. No período pós-guerra, era praticamente consensual a necessidade de medidas de segurança alimentar, com vistas a assegurar oferta abundante com preços baixos de produtos alimentares para os europeus. Nesta perspectiva, a ideia de autossuficiência europeia para o abastecimento de alimentos era central.

Assim, a principal federação de representação dos agricultores franceses (FNSEA) se somou aos esforços do Estado para implantar o projeto de "Reforma das Estruturas", ou seja, de modernização acelerada da agricultura. Tratou-se de um processo conhecido como de cogestão da política agrícola.

De fato, a reforma visou impulsionar mudanças na agricultura, privilegiando aqueles agricultores vistos como os mais aptos para a modernização, que receberam todo o apoio para intensificar seus sistemas de produção. Com esta ótica, os mais velhos deveriam ceder lugar aos jovens e, para acelerar este processo, foi criado um sistema de aposentadoria precoce, liberando terras para os agricultores mais produtivos. Além deste dispositivo, houve a criação de instrumentos de regulação do acesso ao fundiário para garantir que os jovens agricultores modernizadores tivessem prioridade.

Porém, se a modernização permitiu que o objetivo de autossuficiência alimentar fosse alcançado, muitos problemas socioambientais acompanharam a modernização, o que provocou críticas crescentes.

Estas críticas levaram a constituição da Confédération Paysanne. Com efeito, a identidade desta última contesta a ideia segundo a qual os paysans (camponeses) possam ser associados ao atraso e ignorância. Convém destacar que a modernização na agricultura francesa foi concebida como uma maneira de profissionalizar os agricultores, com o desaparecimento dos camponeses.

Neste debate, a CP defende que os camponeses podem cumprir funções essenciais para a sociedade. Em sua visão, a agricultura camponesa pode preencher três dimensões sociais. A primeira é ligada à manutenção de empregos e à solidariedade com camponeses de todo o mundo. A segunda, de ordem econômica, se refere à ideia de que a produção agrícola deve agregar valor, para que os volumes produzidos não precisem ser superabundantes, favorecendo a permanência de muitos agricultores em atividade. A última dimensão diz respeito à qualidade dos alimentos, que leva em conta o respeito aos consumidores e à natureza. Essa abordagem se associa ao debate da multifuncionalidade da agricultura.

O artigo destaca que muitos agricultores jovens discordam do modelo produtivista, estimulando o crescimento da CP. Por exemplo, Jean-Luc Gaugain, criador de vacas normandas, rejeita a introdução da raça holandesa em sua produção, priorizando aquela local, além de aproveitar ao máximo as pastagens naturais. Deste modo, defende a qualidade da alimentação, a paisagem e o bem-estar dos animais. Trata-se então de desenvolver uma exploração pecuária modernizada, com um excelente desempenho econômico, mas utilizando racionalmente as potencialidades naturais disponíveis.

Dessa forma, o aproveitamento das pastagens naturais, base da alimentação de seu plantel animal, é altamente eficaz. Ademais, há um enorme cuidado com a escolha dos alimentos produzidos fora de sua exploração. Assim, seu leite tende a ser cada vez mais valorizado pela indústria queijeira tradicional da região. A luta de Jean-Luc Gaugain se orienta então para a valorização da produção alimentar sobre bases mais ecológicas. Para este agricultor, a política agrícola comum (PAC) e as territoriais francesas não valorizavam suficientemente os estabelecimentos que cumprem um papel favorável ao equilíbrio social e à preservação ambiental.

As propostas da CP conseguem muito apoio na sociedade francesa em razão de uma cultura que tende a valorizar a vida rural, associada ao bem estar e proximidade com a natureza. Nesta perspectiva, a gastronomia de excelência de país é considerada como um patrimônio nacional, sobretudo por se fundar na valorização das origens rurais do país. Desta maneira, há muito interesse quanto à forma de produzir e à origem do alimento<sup>1</sup>. Com efeito, a história desta gastronomia revela a importância da agricultura camponesa e da cozinha popular para as elaborações culinárias diversas e reconhecidas mundialmente. A alimentação está assim muito longe de ser considerada como uma banal necessidade básica do ser humano

---

<sup>1</sup> Este interesse se associa a dispositivos que permitem proteger às denominações de origem dos produtos alimentares. Este tipo de iniciativa teve início com os vinhos franceses, como forma de evitar fraudes. Este sistema de proteção da denominação de origem de alimentos conheceu tamanho sucesso que se disseminou pela Europa e em outros países, como o Brasil

Assim, os camponeses são respeitados e vistos como responsáveis pela manutenção de paisagens e formas de vida rurais. A propósito, desde cedo as crianças são estimuladas a saborear diferentes alimentos e reconhecer as regiões de procedência, o que ocorre em particular na Semana do Gosto (ver <http://www.legout.com/>).

Convém aqui também ressaltar que, desde o início dos anos 2000, uma iniciativa se disseminou na França com o objetivo de apoiar a agricultura camponesa. Trata-se das AMAPs (Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne, ou associações para a manutenção da agricultura camponesa). Seus preceitos se assemelham das Comunidades que Sustentam à Agricultura (CSA), mais conhecida no Brasil por sua multiplicação acelerada recente no país. Uma AMAP é constituída por um grupo de cidadãos que se unem para adquirir alimentos diretamente de um ou mais produtores, com compromissos de ambas as partes, em particular o pagamento antecipado de cestas de alimentos que serão fornecidas periodicamente. Desta maneira, os consumidores-cidadãos asseguram renda e mais estabilidade para a produção, minimizando o problema das flutuações de preços agrícolas.

Enfim, a CP é filiada à Via Campesina que defende vigorosamente a soberania alimentar. Esta noção nasce de um descontentamento com ambiguidades em torno da segurança alimentar, como será estudado no T7. Agora, é pertinente apenas mencionar que o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), também filiado à Via Campesina Internacional, defende que soberania alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão. Este movimento aliás considera que a mulher desempenha um papel fundamental para o alcance da soberania alimentar<sup>2</sup>.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e BLEIL, Susana Inez (2000), "A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses", in **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000, pp. 158-177.

---

<sup>2</sup> Ver <http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>